



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº 12004

(Do Deputado Gonzaga Mota)

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, combinado como art 24, VII, do Regimento Interno, solicito a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater a criação desordenada de carreiras com atribuições semelhantes às de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental associadas a órgãos específicos da Administração Pública Federal.

JUSTIFICATIVA

A carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) é uma carreira multiespecializada, cujo objetivo, como carreira de Estado, é a profissionalização da gestão nos órgãos do Executivo Federal e o amadurecimento dos instrumentos de políticas públicas no Estado brasileiro. Sendo assim, a carreira de EPPGG tem tido uma grande demanda dos órgãos governamentais, tendo seus integrantes dado contribuições em diversas áreas do governo.

Contudo, devido ao pequeno número de EPPGG em exercício, essa forte demanda vem proporcionando uma mobilidade excessiva desses servidores no âmbito da Administração Pública Federal. Tal fenômeno, somado à carência de pessoal de nível superior nos seus quadros têm sido os principais motivos que têm levado alguns órgãos a buscar a criação de carreiras próprias com o mesmo perfil.

A criação de carreiras de gestores setoriais, além dos diversos problemas que poderão advir com um fortalecimento da fragmentação da ação governamental, a experiência demonstra que, para a Administração Pública, as desvantagens tendem a ser maiores que as vantagens advindas da sua imobilidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

As carreiras de gestão com perfil multiespecializado têm sido a opção preponderante no âmbito dos estados brasileiros que investem no fortalecimento das políticas públicas. Na verdade a multiespecialização faculta à carreira uma grande capilaridade dentro do governo. A horizontalização da distribuição dos EPPGG facilita a articulação e o planejamento intergovernamental por meio de ligação dos órgãos setoriais aos órgãos centrais do MP, ou na Casa Civil e/ou outros eventuais órgãos centrais.

Sendo assim, é necessário promover o debate sobre os fundamentos que orientam a estruturação das políticas públicas, bem como a gestão dos recursos humanos do Estado, não só do interesse direto da Administração Pública e dos servidores públicos, mas, principalmente, da Sociedade Brasileira como um todo.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2004.

Deputado GONZAGA MOTA

PSDB/CE